

UMA REFLEXÃO ARENDTIANA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DA AÇÃO SINDICAL

José Reginaldo INÁCIO*

- RESUMO: Neste breve ensaio aproximamos alguns aspectos do pensamento de Hannah Arendt à ação sindical. Para melhor identificar o contexto a ser abordado, destacamos certos conceitos de verdade e mentira no espaço político e o quanto estas questões têm interferido na perda da identidade dos membros de uma coletividade, seja enquanto indivíduo trabalhador, seja enquanto líder.
- PALAVRAS CHAVE: Trabalhadores; Classe Operária; Verdade; Mentira; Líder Sindical.

A verdade como instrumento de consciência e de liberdade:

As reflexões que aqui propomos, incorporadas às ações sindicais – que são de natureza política e desenvolvidas quase sempre no espaço público – ainda que suas deliberações se dêem, em sua maioria, nos espaços privados, seus resultados e as ações que daí derivam estão quase sempre na esfera da aparência, e, de alguma forma, como veremos, coadunam-se com os argumentos de ARENDT.

É importante destacar que a ação de natureza sindical é inerente à política. Tem sua origem a partir da associação de pessoas – trabalhadores ou patrões, e, uma vez constituída, possui caráter permanente, firmando-se como instituição de natureza social a partir da defesa de algum interesse, seja individual ou coletivo, do homem que trabalha. O papel social que os sindicatos desenvolvem dentro do Estado e sua similitude à política, leva-nos a questionar sobre o seu real sentido na sociedade. Se há relevância e interação no espaço público, e aqui defendemos que há, será na seguinte formulação de ARENDT que incluiremos e orientaremos nossa dedução:

Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade (ARENDT, 2006, p.38).

* Mestre em filosofia pela PUC-Campinas e discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca, como aluno especial.

Aí se encontra a grande dificuldade para a ação sindical, pois é na liberdade que tanto os trabalhadores quanto os líderes sindicais se prendem. Ao fazerem do espaço privado (local de trabalho, assembléia, entidade sindical, tribunal, etc. – o espaço da necessidade) um ambiente que possibilita e/ou propicia alguma forma de persuasão, que até pode caracterizar-se como embuste, acabam por fazer da política e do espaço público um local que aprisiona aqueles que deveriam ser conduzidos a uma consciência crítica que ampliaria seus horizontes e ofereceria possibilidades para a liberdade ao se superar o caráter restrito e particular em que é envolvido o espaço que se constitui a partir de algum tipo de interesse, seja individual ou coletivo.

O caráter particular e que se amplia ao coletivo, onde há uma diversidade de posições, interesses e necessidades, faz com que o espaço criado ao debate e à ação sindical, que é o espaço público e da ação em si, propicie também uma indução negativa às deliberações e aos resultados que daí derivem. Devemos lembrar que ARENDT dissera que:

[...] os modos de pensamento e de comunicação que tratam com a verdade, – cabe destacar que estes modos estão presentes nas conduções de reuniões e de assembléias deliberativas nas ações sindicais – quando vistos da perspectiva política, são necessariamente tiranizantes; eles não levam em conta as opiniões das demais pessoas, e tomá-las em consideração é característico de todo pensamento estritamente político (ARENDT, 2005, p.299).

Pensamento que se pode pensar como um dos requisitos àquilo que possibilita o direito de governar ou liderar e que somente é estabelecido a partir da verdade e de seu conhecimento, pois confere autoridade e pressupõe obediência com liberdade, ação sem persuasão e sem violência.

Estabelecer o pensamento que gera uma consciência crítica é pressuposto fundamental à conscientização da classe operária, mas será na inclusão da diversidade representada em cada trabalhador que se pode operar uma ação desta natureza. A consecução de uma estrutura que inclua uma linha congruente, em que trabalhadores, sindicalistas e patrões percorram sem se desvirtuarem de seus propósitos e tenham fins que possam ser compartilhados em comum,

terá que admitir a presença da verdade como instrumento decisivo desta ação. Do contrário, teremos que ver a opinião particularizada como possibilidade de resposta ao que não é respondível. Como consequência, as verdades factuais serão transformadas em instrumentos de manobra que possibilitem a aceitação daquilo que já está posto e definido no mundo do trabalho e na sociedade. Os fatos, positivos ou negativos, ao serem manipulados pelos mecanismos de comunicação, privados ou públicos, tornam-se uma opinião persuasiva e retira o impulso do espanto que contrasta com a realidade, propulsando os homens – trabalhadores – para ações que poderiam prover alteração ou surgimento do novo em seu meio, no espaço público e/ou na sociedade. Também, pode-se dizer, que retira da verdade sua capacidade de mobilização social e estabelece um espaço paralelo que compromete a realidade a partir de pressupostos que podem invalidar o ato de pensar, bem como as ações daí oriundas. Devemos lembrar que a ação encontra no pensamento o critério para estabelecer juízo ou julgamento dos fatos e de consequências, independente de se positivos ou negativos; a opinião que contamina a verdade dos fatos compromete este processo.

A verdade como força de representação:

O “pensamento político” na e da ação sindical também pode ser contemplado através da visão de ARENDT, pois nesta ação ele é “representativo” desde a sua origem. Trata-se de um dado que faz de toda ação de natureza política, sobretudo a sindical, aquela que deveria potencializar a condição humana a partir da “pessoa” que se torna “coletiva” ao liderar ou representar outras.

BIGNOTTO ao se referir à “pessoa coletiva” nas repúblicas – que aqui incluímos para caracterizar a situação dos líderes, sejam eles escolhidos pelos trabalhadores ou impostos pelos patrões – elabora certa distinção entre a *virtù* coletiva e a *virtù* individual para evidenciar o papel e a superioridade dos líderes republicanos (eleitos pela vontade do povo) em relação aos príncipes (impostos pela realeza), ou seja:

[...] Quando nos referimos à ‘pessoa coletiva’, estamos dizendo que é possível agir na cidade com meios que são fruto da associação dos homens, ou dito de outra forma, que é possível falar de uma *virtù* coletiva, que acompanha a ação dos atores republicanos e que lhes dá uma clara superioridade sobre os príncipes

[indivíduo isolado] que contam somente com o refúgio da própria *virtù* (BIGNOTTO, 1991, p. 153).¹

Com esta citação procuramos reforçar a amplitude representativa do “pensamento político” segundo a visão de ARENDT. Também podemos deduzir que se as decisões deliberadas no espaço, seja público ou privado, onde a ação sindical se desenvolve incorporarem a perspectiva política, conforme sugerida por ARENDT, mesmo que em princípio sofra resistência a partir da coletividade, ainda assim prevalecerá, pois são sempre tomadas em algum tipo de assembléia e reforçadas na expectativa de que “a verdade é certeza de representação”, como, de certa maneira, dissera Heidegger. Neste espaço, presumi-se que os modos de pensamento e de comunicação têm origem nas bases. Isto pelo menos é o esperado nestas atividades. O que faz com que as ações sindicais, se deliberadas em assembléias e efetivadas sejam, em certas circunstâncias, transitórias, porém suficientes para neutralizar as conseqüências ou o efeito que poderia caracterizá-la explicitamente como “tiranizante”, caso a adversidade ou necessidade persista.

O caráter “tiranizante” que pode ser percebido quando não se leva em conta as opiniões das demais pessoas, acaba sendo dissimulado numa opinião tida como comum à coletividade, que se encontra ali representada por um líder que, com firmeza, valendo-se de toda deferência ao poder a ele instituído, incorpora em si o esforço de defender uma opinião que não é só sua, mas

¹ Neste sentido destacamos uma passagem do livro “Ética, sindicalismo e poder: os fins justificam os meios”, para mostrar que: “Quando se orienta a atividade em uma base estabelecida na coletividade, subteme-se que há alguma superioridade e, sobretudo apoio nas decisões a se tomar. As circunstâncias, se não advindas sob essa perspectiva, coloca o líder só e, ao mesmo tempo, sem a estabilidade oferecida pelo coletivo. A liderança imposta sofre as conseqüências das suas decisões quando são negativas ao processo ou ao contingente que lidera; porém suas conduções positivas, quase via de regra, são atribuídas à especificidade da posição que ocupa seja num governo, na instituição ou empresa em que trabalha e, normalmente serão compartilhadas, quando não apropriadas, por quem o domina. No caso das lideranças sindicais, que aqui denominamos como escolhidas pela coletividade, portanto, conquistaram o poder, é possível estabelecerem-se, significativa e positivamente, com decisões positivas. Todavia se se conduzirem em caminhos inversos, há ainda a possibilidade de partilharem essa adversidade e/ou resultado à deliberação acolhida em assembléia” (INACIO, 2005, p.134-5).

que através dele se transforma numa posição conclusiva para determinado fato ou situação. É neste momento que, segundo ARENDT:

Quanto mais posições de pessoas eu [o líder] tiver presente em minha mente ao ponderar um dado problema, e quanto melhor puder imaginar como eu sentiria e pensaria se estivesse em seu lugar, mais forte será minha capacidade de pensamento representativo e mais válidas minhas conclusões finais, minha opinião (ARENDR, 2005, p.299).

Essa referência significativa e notadamente positiva, faz com que o trabalhador desconsidere sua própria opinião e incorpore a de seu líder. Com esta atitude transfere sua decisão para o sindicato, que através do líder sindical pode ser transferida para a assembléia. Juntos, e ao mesmo tempo distantes entre si, por vezes disputarão os louros de suas glórias, ainda que muitas vezes súbitas. Já nas situações adversas e negativas, as condições também serão semelhantes, porém surge aí a possibilidade de absterem-se da responsabilidade pelas decisões e/ou de suas ações e tiveram consequências inesperadas. São ações desta natureza que eliminam o ato de pensar e destituem a possibilidade de um agir consciente; conseqüentemente o resultado que delas advêm não serão susceptíveis à prática do bem, seja comum, coletivo ou individual.

Opinião e mentira como manipulação da verdade:

Hannah Arendt nos mostra que somos mais complacentes com a mentira do que com a injustiça. Porém, a verdade é menos política do que a justiça. São considerações que lançam um alerta ao espaço público, pois na facilidade com que se dissimula “o fazer a justiça” também se estimula com vigor a presença da falsidade e da mentira nas ações políticas. Ao discorrer acerca dos documentos do Pentágono, em “Crises da República”, ARENDT observa que:

[...] a negação deliberada da verdade dos fatos – isto é, a capacidade de mentir – e a faculdade de mudar os fatos – a capacidade de agir – estão interligadas; devem suas existências à mesma fonte: a imaginação (ARENDR, 2006, p.15).

Um campo em que se opera, em medida até ampla, sob

certas circunstâncias, a subjetividade. Com isto as ações e decisões deliberadas sob a tríade “verdade- mentira-justiça” – que pode ser configurada como política – são desenvolvidas numa tênue fronteira onde mentira e verdade se tornam imperceptíveis e se misturam. Local e instantâneo em que a verdade encontra-se susceptível não apenas “às mentiras comuns”, mas sobretudo “à mentira organizada de grupos, classes ou nações” e pode, segundo ARENDT: “[...] ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento” (2006, p.16).

Devemos lembrar que o vínculo entre verdade e política se estabelece no discurso – na linguagem. Poder dizer o que é, ser transparente com aquilo que é a verdade, é como se testemunhássemos como o mundo é realmente e não apenas o que ele aparenta ser.

Dizer o que é, é constitutivo daquilo que é real. De alguma forma constitui o mundo. Contribui para a sua estabilidade e, mais ainda, para os seres e criaturas que não são estáveis, portanto, um importante constitutivo da justiça. Destas considerações se deduz que a verdade exige um convívio mais efetivo com a retidão e faz com que sua presença na política e no espaço público seja latente, uma vez que sua expressão inviabiliza a estruturação do discurso, que em sua essência coaduna com a persuasão e admite, senão a mentira, a omissão da verdade. O discurso se estrutura, via de regra, mais no espaço da aparência. Um espaço até amplo no campo da ação política desenvolvida no sindicalismo.

Nos processos que movem a atividade sindical boa parte dos trabalhadores têm sempre mais dificuldade em aceitar e assimilar as informações – que são expressões da realidade e dos fatos – do que os discursos. Sentido que ARENDT explora ao dizer que:

É esta fragilidade que torna o embuste – que nesta reflexão adotamos ao discurso – tão fácil até certo ponto, e tão tentador. Ele não entra em conflito com a razão, pois as coisas poderiam perfeitamente ser como o mentiroso – orador – diz que são. Mentiras são frequentemente plausíveis, mais clamante a razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que a platéia deseja ou espera ouvir (2006, p.16).

Consideramos oportuno incorporar a esta reflexão breves passagens da teoria maquiaveliana que reforçam o poder que a aparência exerce sobre o povo, para evidenciar sua influência no espaço público conforme é destacada por ARENDT.

Diz MAQUIAVEL que “enganado por uma falsa aparência, o povo muitas vezes deseja sua própria ruína: é fácil movê-lo com promessas espantosas e grandes esperanças (MAQUIAVEL, 2000, p.165).

Em sua obra “O Príncipe”, a questão do “aparentar ser” surge como mais sólida para administrar as situações de adversidades, do que “o realmente ser”.

Nas atividades em que vigoram a presença da informação, embasada na verdade e no esclarecimento, como destacamos, por vezes trazem consigo o desconforto do indesejado e o desprazer do contraditório. Já nos discursos, a presença do interlocutor tem que estar posta e o convencimento remete esse sujeito a aparentar e a persuadir não só aos simpatizantes, mas muito mais aos opositores, portanto, abstrai-se dessa relação a possibilidade da existência mais da verossimilhança do que da verdade em si. Nos discursos, a omissão, ou a ausência da verdade, não é premissa a ser defendida, mas sim instrumentalizada conforme a necessidade e a carência do público envolvido pelo orador. A persuasão faz parte do discurso e o esclarecimento pela verdade já é a informação em si.

Já para as situações em que se considera a possibilidade de se ter que aparentar qualidades, independente de possuí-las, estas convertem-se em circunstâncias transitórias, que momento a momento serão interrompidas, tornando perene a inconstância de comportamento a quem assim age.

MAQUIAVEL menciona algumas qualidades do comportamento humano que são percebidas no espaço público e que podem ser simuladas, pois potencializam a ação do líder, mesmo sem possuí-las:

Deve o príncipe ter muito cuidado para que suas palavras nunca deixe de aparentar estar ele repleto das cinco qualidades – misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso – de forma que quem o veja e ouça pense ser todo ele piedade, fé, integridade, humanidade e religião (MAQUIAVEL, 1996, p.50).

Porém, MAQUIAVEL busca esclarecer a vulnerabilidade dos líderes que vivem no espaço da aparência e “não possuem força de caráter”, uma vez que:

A boa sorte os embriaga, levando-os a atribuir todas as vantagens que lhe sorriem a virtudes que nunca possuíram; por isto se tornam insuportáveis e odiosos a todos os que os cercam (de onde as rápidas mudanças de sua sorte). E mal são atingidos pela adversidade, recaem no excesso oposto, tornando-se vis e mesquinhos. Em conseqüência, os príncipes que têm este caráter se inclinam bem mais à fuga, nos momentos adversos, do que à defesa; como quem, tendo aproveitado mal um destino fácil, não se tivesse preparado para defender-se (MAQUIAVEL, 2000, p. 393).

ARENDT, por sua vez, irá expor a fragilidade do homem que busca a mentira como objetivo de alterar o mundo através da sua própria ação. Uma ação que “quanto mais bem sucedido for um mentiroso, maior é a probabilidade de que ele seja vítima de suas próprias invenções” (ARENDT, 2005, p.314), visto que a prevalência daquilo que é verdadeiro, indistintamente aos espaços e às circunstâncias em que se situe, ainda assim, acrescenta:

[...] a verdade, posto que impotente e sempre perdedora em um choque frontal com o poder, possui uma força que lhe é própria: o que quer que possam idear aqueles que detêm o poder, eles são incapazes de descobrir ou excogitar um substituto viável para ela. A persuasão e a violência podem destruir a verdade, não substituí-la (2005, p.320).

A atualidade do movimento operário numa visão arendtiana:

ARENDT, em sua reflexão acerca da “ação” em sua obra “A condição humana”, destaca “o movimento operário” em aspectos pouco percebidos em sua própria ação, inclusive muito mais presente dentro da realidade atual. Salientamos que se incorporarmos como apolítico o modo de vida vivenciado no trabalho, temos que também concordar que:

[...] a política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância

política original. A política surge no intra-espço e se estabelece como relação (ARENDR, 2006, p.23).

Fato que de alguma forma pode até ser mais bem consubstanciado na atualidade do mundo do trabalho do que na época vivenciada por ARENDR. As faces da globalização têm promovido deslocamento de trabalhadores para trabalho e deslocamento de trabalho para pessoas. Com isto estabelece uma parte desenraizada e outra parte fixa para o mundo do trabalho.

Na parte fixa há um espaço que exige a presença física e concreta do trabalhador, e é muito caracterizada, de um modo até direto, no

metabolismo do corpo com a natureza, cujo processo *o material da natureza é adaptado, por uma mudança de forma, às necessidades do homem de sorte que o trabalho se incorpora ao sujeito* (ARENDR, 2004, p.110, grifo do autor).

Esta visão difundida por MARX pode ser mais bem percebida na natureza das atividades que se ocupam deste espaço (extrativismo, construção, mobiliário, agricultura, etc.), pois ainda incorpora um sentido primário de conduzir a ação do trabalho e provoca uma “identidade” e “uniformidade” que pode muito bem ser caracterizada como um local onde se agrupam “os homens em turmas de operários, nas quais certo número de indivíduos *labutam juntos como se fossem um só* (2004, p.225, grifo nosso). A presença da política no interior destes espaços é muito mais induzida de fora do que a partir destas bases, visto que a consciência de classe não é hoje tão fortalecida nestes setores e encontra posicionamentos antipolíticos por parte dos patrões, seja partidário ou sindical, fazendo do exército de reserva do mundo do trabalho – os desempregados – o chicote que açoita e disciplina a alienação. Há ainda outro fator nestes espaços, que sob nenhuma hipótese pode ser deixado de lado: em que pese à presença coletiva aproximar os trabalhadores, é a ascendente exigência por produção – ampliada pelas metas que se tornaram uma espécie de cortina de fumaça ao cronômetro – que conseguiu fazer dos companheiros de trabalho rigorosos substitutos ao cartão de ponto, tornando-os a cada dia mais próximos entre si, mas, ao mesmo tempo, mais

distantes e isolados um do outro, porém assíduos e incontestes defensores do desempenho e do resultado da equipe.

Já na parte desenraizada há um espaço onde a presença física do trabalhador não precisa ser presenciada de modo concreto. A virtualidade significativa dos setores desta parte do mundo do trabalho (tecnologia de produção, de informática, de eventos, de comunicação, de telecomunicação, de dados e informação, de produção científica e biomédicas, *call center*, etc.) e a natureza de suas atividades, seja para os meios de produção ou de serviço, quase sempre têm na qualificação e na formação educacional dos profissionais a referência para as suas atuações. Neste espaço há desmaterialização do trabalho e esta condição imaterial pressupõe uma autonomia que ao dispensar a presença, afasta o trabalhador um do outro; conseqüentemente o liberta e libera, mesmo que hipoteticamente, das necessidades comuns à coletividade e à classe operária. De onde se pode observar que não há a uniformidade nem a identidade que é caracterizada na similitude funcional e também haverá pouca possibilidade de proximidade afetiva que poderia identificar a pluralidade e valorar a individualidade que é distintiva à condição humana e dá identidade ao homem onde quer que ele esteja.

Considerações finais:

A partir das deduções Hannah Arendt e das últimas considerações que serão apresentadas, acreditamos que se pode observar, nos dias hoje, com mais nitidez e perenidade a condição de isolamento em que vive o trabalhador, haja vista as transformações promovidas pelas reestruturações produtivas em quase todas as linhas de produção e de serviços.

A tecnologia que se sustenta nos sistemas e nas grandes corporações faz deste mundo um paradoxo existencial conflituoso. Convivemos com séculos distintos num instante único de nossa história, cuja circunstância destrói a possibilidade de um senso comum nas instituições sociais. Há neste universo uma transitoriedade extrema que faz das pessoas e das instituições peças programáveis e/ou descartáveis numa sociedade regida por sistemas que não sustentam trabalhadores como pessoas. A exigência impessoal destes sistemas faz das condições de trabalho um agente de discriminação e exclusão, pois convivemos em situações “sub-análogas” a de escravo e com

outras ações profissionais conceptuais em plenitude. Enquanto cortadores de cana e carvoeiros morrem de fadiga em canaviais e carvoarias, numa expectativa de vida inferior a trinta anos, outros profissionais atuam na virtualidade, por exemplo, com horários flexíveis e espaços de trabalho privativo, projetando uma melhora na qualidade de vida e a existência para uma posteridade ascendente. Realidade paradoxal no mundo do trabalho que é pouco concebida entre diferentes e distantes entre si, seja pelas circunstâncias, seja pelos espaços em que se situam, público ou privado.

A ignorância desta realidade induz a formas latentes de discriminação e promovem um tipo de exclusão imperceptível dentro da sociedade. Como não é só a visão desta realidade que é diferente, mas inclusive a própria realidade, os líderes sindicais, ou políticos, acabam não percebendo a necessidade de inclusão destas diferenças em suas ações, de modo a compatibilizá-las dentro da sociedade como complementares ao bem-estar social. Situação até admissível, uma vez que se a realidade negativa do outro não é admitida como possível por nós, fazemos muito pouco para subvertê-la. Assim também ocorre na ação sindical.

Quem sabe a advertência posta por Hannah Arendt não subverta esta ação e desperte não só líderes sindicais, mas também o homem trabalhador que mesmo insone pela sua condição, permanece com a visão ofuscada pela luz, a qual muitos ainda não viram, e não conseguem perceber que a ação que os conduz não é para a consciência, mas sim para a desconsciência da realidade em que vive e precisa se libertar.

Por fim, cabem, mais uma vez, as palavras de ARENDT:

Certamente, a própria humanidade do homem perde sua vitalidade na medida em que ele se abstém de pensar e deposita sua confiança em velhas ou mesmo novas verdades, lançando-as como se fossem moedas com que se avaliassem todas as experiências (ARENDR, 2003, p.19).

INÁCIO, J. R. An arendtian vision of the working movement and the trade union action. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n.2, p.144-155.

- *ABSTRACT: In this brief essay we address some aspects of Hannah Arendt's thoughts on trade union action. In order to better identify the*

context to be studied, we highlight certain concepts of truth and lies in the political area and how these issues have interfered in the loss of identity of community members as individual worker or leader.

- **KEYWORDS:** *Workers, Working class, Truth, Lies, Trade Union Leader*

Referências:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Crises da República*. Tradução: José Volkmann. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. *Coleção Debates*, vol. 85, 2006.

_____. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, *Coleção Debates*, vol. 64, 2005.

_____. *Homens em tempos sombrios*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O que é política?* Tradução: Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

INÁCIO, José Reginaldo. *Ética, sindicalismo e poder: os fins justificam os meios?* Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: Sérgio Bath. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

_____. *O Príncipe*. Tradução: Sérgio Bath. 3. ed. Brasília: UnB, 1996.

Artigo recebido em 10/2008. Aprovado em 01/2009.